

Portugal: Contas Públicas nos primeiros 7 meses de 2017

Setembro 2017

Vânia Duarte

21 310 11 84

vania.patricia.duarte@bancobpi.pt

Défice melhorou em EUR 1,153 milhões até Julho, na óptica de caixa

O défice orçamental melhorou em EUR 1,153 milhões nos primeiros sete meses de 2017, de acordo com a informação publicada pela DGO relativamente às contas públicas em óptica de caixa. As receitas e as despesas têm aumentado, ainda que a um ritmo inferior ao projectado pelo Governo aquando a elaboração do Orçamento de Estado para 2017, especialmente no caso das despesas. As receitas têm sido afectadas pelo fraco desempenho dos impostos directos, dado o pagamento antecipado dos reembolsos em sede de IRS e de IVA, em comparação com o período homólogo. No entanto, os dados até Julho revelam um efeito mais atenuado dessa antecipação, com as receitas fiscais a aumentarem acima da taxa prevista pelo Executivo. Do lado das despesas, os gastos com transferências correntes e com subsídios diminuíram até Julho; por outro lado, as restantes categorias registaram aumentos face ao mesmo período de 2016. A nossa avaliação relativamente ao andamento da execução orçamental mantém-se. Consideramos que o défice orçamental não deverá sofrer desvios face ao estimado pelo Governo no final do ano, ainda que existam alguns factores que podem pressionar a execução orçamental na segunda metade do ano, relacionados com as receitas com impostos directos ou a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

A execução orçamental até Julho revelou uma melhoria do saldo. De facto, o saldo orçamental melhorou de EUR -4.9 mil milhões nos primeiros 7 meses de 2016 para EUR -3.8 milhões em igual período deste ano. O saldo do Governo Central registou uma melhoria para EUR -5.0 mil milhões (EUR -6.3 mil milhões em 2016), assim como a Segurança Social, cujo excedente melhorou em EUR 145 milhões para EUR 1.0 mil milhões. Por outro lado, a Administração Regional e Local revelou um excedente menor do que o verificado em igual período do ano anterior, EUR 231 milhões até Julho de 2017, face a EUR 469 milhões no período correspondente em 2016. **O excedente primário voltou a aumentar, passando de EUR 349 milhões entre Janeiro e Julho de 2016, para EUR 1.7 mil milhões em igual período deste ano.**

Execução Orçamental (Janeiro - Julho 2017) (Contabilidade Pública)

(milhões EUR)	Execução Orçamental		Taxa de Variação Homóloga %		Contribuições
	Julho 2016	Julho 2017	Δ Julho 17/16	OE 17	
Receita Corrente	41,842	43,118	3.0%	3.1%	3.0%
Receita Fiscal	24,352	25,195	3.5%	2.1%	2.0%
Impostos Directos	10,512	10,888	3.6%	2.0%	0.9%
Impostos Indirectos	13,840	14,307	3.4%	2.1%	1.1%
Contribuições Seg. Social	11,230	11,286	0.5%	-0.6%	0.1%
Outras Receitas Correntes	6,231	6,587	5.7%	-	0.8%
Receita de Capital	988	1,103	11.7%	39.5%	0.3%
Receita Efectiva	42,830	44,221	3.2%	3.9%	3.2%
Despesa Corrente	45,249	45,271	0.0%	3.0%	0.0%
Despesas com Pessoal	11,771	11,792	0.2%	0.9%	0.0%
Aquisição Bens e Serviços	6,016	6,235	3.6%	2.0%	0.5%
Juros e outros encargos	5,265	5,489	4.2%	0.7%	0.5%
Transferências Correntes	21,081	20,676	-1.9%	1.6%	-0.8%
Subsídios	488	452	-7.5%	41.4%	-0.1%
Outras Despesas Correntes	425	619	45.7%	89.4%	0.4%
Despesa de Capital	2,497	2,713	8.6%	27.3%	0.5%
Despesa Efectiva	47,746	47,984	0.5%	4.4%	0.5%
Saldo Global	-4,916	-3,763	-23.5%	-	-
Saldo Primário	349	1,726	394.5%	-	-

Fonte: DGO, calc. BPI.

As receitas totais aumentaram 3.2% até Julho, um desempenho melhor do que o observado nos meses anteriores (entre Janeiro e Junho, as receitas tinham aumentado 1.0% y/y), aproximando-se, agora, das previsões inscritas no Orçamento de Estado para 2017 (3.9%). As receitas fiscais cresceram 3.5%, impulsionadas pelos impostos directos e indirectos. Os impostos directos aumentaram 3.6% y/y até Julho, beneficiando de uma menor queda no caso dos impostos sobre o rendimento (reflectindo um menor impacto da antecipação dos reembolsos de IRS verificado nos meses anteriores) e o desempenho dos impostos ao abrigo do IRC, que continuam a registar aumentos relevantes (+18.8% y/y), apontando para um ambiente favorável no sector empresarial privado. Os impostos indirectos cresceram 3.4% y/y, acima do ritmo previsto pelo Governo para o total do ano (2.1% y/y), em linha com a melhoria observada em todos os impostos indirectos, com excepção para o imposto sobre o tabaco. No entanto, é importante destacar a *performance* observada no caso do IVA (+4.9% y/y, ainda que adversamente afectado pelos reembolsos, que cresceram 13.5% y/y até Julho) e a receita com o imposto sobre veículos, um reflexo do aumento das vendas de automóveis (de acordo com as estatísticas da ACAP, as vendas de veículos¹ aumentaram, em termos acumulados, 8.3% y/y até Julho). As contribuições para os sistemas de protecção social aumentaram 0.5% y/y até Julho, explicado por diversos factores, que afectaram esta rubrica de forma distinta: (i) factores que afectaram negativamente: contribuições para a ADSE em 2017 passaram a ser contabilizadas noutra rubrica (vendas de bens e serviços correntes); alteração da forma de pagamento do subsídio de Natal (50% do pagamento será feito em duodécimos e os restantes 50% serão pagos em Novembro, enquanto, em 2016, a totalidade do subsídio foi paga em duodécimos); e a redução da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES); (ii) factores que afectaram positivamente: melhoria do ambiente macroeconómico, nomeadamente no mercado de trabalho, com o aumento do emprego, assim como outros factores apontados pela DGO, como o aumento da eficiência no combate à fraude e o aumento do salário mínimo. O grau de execução das receitas totais situou-se em 55% até Julho (54% em igual período de 2016).

A despesa aumentou apenas ligeiramente nos primeiros 7 meses de 2017, em 0.5% y/y, substancialmente abaixo das estimativas do Governo (+4.4% y/y). Com excepção das transferências correntes (-1.9% y/y), onde as prestações de desemprego estão incluídas, e os subsídios (-7.5% y/y), todas as restantes rubricas da despesa estão a aumentar. A queda das transferências correntes é principalmente explicada pela diminuição dos gastos com pensões (dado o diferente perfil de pagamento do 13º mês, já enunciado em cima). Adicionalmente, a evolução positiva do mercado laboral teve um impacto significativo, levando a uma redução substancial das prestações de desemprego (-13.4% y/y). As despesas com pessoal aumentaram 0.2% y/y até Julho, influenciadas, neste período, por diferentes factores com impacto distinto no seu desempenho. Por um lado, a reversão gradual dos cortes salariais registada em 2016, o que implica que os salários estão, desde o início de 2017, a ser pagos na totalidade; o aumento do subsídio de refeição; e outras medidas sectoriais (por exemplo, aumento do número de efectivos, dos encargos com horas extraordinárias e outros abonos variáveis no Serviço Nacional de Saúde). Outros factores que contribuíram para a queda da despesa com salários incluem a forma distinta de pagamento do 13º mês. A aquisição de bens e de serviços aumentou 3.6% y/y até Julho, substancialmente acima do previsto pelo Governo (2.0%), especialmente devido às aquisições relacionadas com o Serviço Nacional de Saúde e outras despesas relacionadas com o sector da saúde (do aumento de EUR 218.6 milhões registado nas despesas com aquisição de bens e serviços, EUR 129.5 milhões foram para o sector da saúde). Ao mesmo tempo, os gastos com juros e outros encargos aumentaram 4.2% y/y, acima dos 0.7% estimados no Orçamento de Estado, explicado pelos encargos suportados

Receita Fiscal - Subsector Estado (Janeiro - Julho)

	Execução Acumulada		Taxa de Variação Homóloga			
			Absoluta		%	
(milhões EUR)	2016	2017	Junho	Julho	Junho	Julho
Impostos Directos	8,871.0	9,201.5	-620.2	330.6	-8.3	3.7
IRS	5,810.7	5,604.7	-1,082.9	-206.0	-20.4	-3.5
IRC	2,859.1	3,397.5	452.3	538.4	22.5	18.8
Outros	201.2	199.3	10.5	-1.9	5.6	-0.9
Impostos Indirectos	12,523.1	13,142.8	399.9	619.7	3.7	4.9
ISP	1,845.8	1,914.3	55.6	68.5	3.5	3.7
IVA	8,363.4	8,770.4	247.3	407.0	3.4	4.9
Imp. Veículos	396.1	463.4	57.3	67.3	17.3	17.0
Imp. Tabaco	769.2	666.2	-109.1	-103.0	-16.8	-13.4
IABA	103.3	148.2	33.0	45.0	39.2	43.5
Imposto de Selo	822.6	860.0	34.9	37.4	5.0	4.5
Imposto Único de Circulação	183.5	201.2	15.3	17.7	9.9	9.7
Outros	39.3	119.1	65.6	79.8	198.1	202.8
Receita Fiscal	21,394.1	22,344.3	-220.2	950.2	-1.2	4.4

Fonte: DGO

Despesas da Segurança Social

(milhões EUR)	Jul 16	Jul 17	Variação Homóloga	Peso no total da despesa
Pensões	9,537	9,387	-1.6%	66%
Sobrevivência	1,354	1,338	-1.2%	9%
Invalidez	788	746	-5.3%	5%
Velhice	7,394	7,302	-1.2%	51%
Beneficiários dos antigos combatentes	0	0	24.2%	0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	372	384	3.2%	3%
Subsídio por doença	271	311	14.6%	2%
Prestações de desemprego	918	796	-13.4%	6%
Complemento Solidário para Idosos	119	121	2.1%	1%
Outras prestações	446	488	9.3%	3%
Ação social	944	988	4.6%	7%
Rendimento Social de Inserção	192	199	3.5%	1%
Restantes	1,551	1,531	-1.3%	11%
Total Despesa	14,351	14,205	-1.0%	100%

Fonte: DGO; calc: BPI.

¹ Estas estatísticas incluem, de acordo com a ACAP: ligeiros de passageiros, Todo-o-Terreno, Monovolumes com mais de 2,300 Kg, comerciais ligeiros e comerciais pesados.

pelas Entidades Públicas Reclassificadas (+91.9 y/y até Julho), parcialmente compensado pelo decréscimo dos juros e outros encargos relacionados com a dívida directa do Estado (-0.9% y/y). A taxa de execução das despesas correntes foi de 57% nos primeiros 7 meses de 2017. As despesas de capital aumentaram 8.6% y/y até Julho, significativamente abaixo do aumento de 27.3% planeado para a totalidade do ano (até Julho, apenas 42% das despesas de capital previstas foram cumpridas).

Concluindo, a execução orçamental está sob controlo, tornando possível que o défice orçamental termine o ano em linha com o projectado pelo Governo. Assim, permanece inalterada a nossa perspectiva de que o défice em contabilidade nacional no final do ano não deva ultrapassar os 2% do PIB registados no ano passado, sendo mesmo credível o cumprimento integral da previsão do Governo, de 1.6% do PIB inscrito no OGE para 2017 (ou 1.5% esperado no Programa de Estabilidade para 2017-2021).

De acordo com os nossos cálculos, existem alguns desvios quer do lado da despesa, quer do lado da receita: no primeiro caso, é possível que a execução termine o ano abaixo do esperado, enquanto no caso das receitas poderá acontecer o contrário (no entanto, será importante analisar o possível impacto negativo da redução da sobretaxa de IRS nos maiores rendimentos na 2ª metade do ano). O Governo deverá também manter alguma margem para ajustar os gastos, em particular no investimento e na aquisição de bens e serviços, de modo a prevenir eventuais desvios significativos. Nota final ainda para os pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias), que, em Julho de 2017, atingiram um nível mais elevado do que o registado no final do ano anterior. De facto, no final de cada ano, as dívidas com mais de 90 dias tendem a cair. No entanto, se comparado com o mês homólogo, Julho deste ano compara de forma positiva com Julho de 2016 e de 2015.

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)						
(stock em final de período, milhões EUR)	Dez 13	Dez 14	Dez 15	Jul 16	Dez 16	Jul 17
Administrações Públicas	1,199	1,539	920	1,138	851	1,099
Admin. Central excl. Subs. Saúde	30	22	13	23	17	21
Subsector da Saúde	10	7	4	15	6	4
Hospitais EPE	1	553	451	675	544	852
Empresas Públicas Reclassificadas	671	3	15	14	13	13
Administração Local	523	437	242	223	150	111
Administração Regional	714	516	194	187	120	99
Outras Entidades	103	1	1	3	3	1
Empr. Públicas Não Reclassificadas	611	1	1	3	3	1
Total	1,913	1,539	921	1,141	854	1,100

Fonte: DGO.

Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte. Por opção própria, os autores não escrevem segundo o novo Acordo Ortográfico. Os números são apresentados na versão anglo-saxónica, ou seja, utilizando a vírgula como separador de milhares e o ponto como separador decimal e utilizando a designação de “milhar de milhão” para 10^9 .

BANCO BPI S.A.

Rua Tenente Valadim, 284 4100 – 476 PORTO
Telef.: (351) 22 207 50 00 Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 – 9º 1269-067 LISBOA
Telef.: (351) 21 724 17 00 Telefax: (351) 21 353 56 94